



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681239 - SP (2021/0225574-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALEXANDRE ORSI NETTO - SP227119
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MADSON SILVA SIQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MADSON SILVA SIQUEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução n. 0003242-24.2021.8.26.0521).

O paciente cumpre pena de 10 anos, 10 meses e 7 dias de reclusão, e o Juízo da execução, ao deferir a sua progressão ao regime semiaberto, definiu como data-base para a progressão a data da última condenação.

Nesta via, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, pois o Juízo da execução estabeleceu como data-base para progressão de regime a data da última condenação, e não a data em que foram adimplidos os requisitos objetivo e subjetivo.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que se determine a retificação do cálculo de penas, tendo como data-base o dia do adimplemento dos requisitos objetivo e subjetivo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, diante da superveniência de nova condenação, conforme se verifica da ementa do acórdão impugnado:

AGRAVO EM EXECUÇÃO – SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENACÃO – Alteração do marco inicial para contagem do adimplemento do quesito objetivo para concessão de benesses – Data-base a partir do trânsito em julgado para o Ministério Público da última condenação – No caso em concreto, foi fixada, como marco inicial, a datada prolatação da r. Sentença condenatória – Posição mais benéfica ao reeducando do que aquele adotado por esta Relatoria – RECURSO

NÃO PROVIDO.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente